



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER Nº 04/2021

PROJETO DE LEI Nº 04/2021

Projeto de Lei nº 04/2021, que “Dispõe sobre a concessão de subvenções sociais às entidades que menciona e dá outras providências”.

RELATÓRIO:

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Prefeito Municipal, visa conceder subvenções sociais a três entidades sociais sediadas no Município.

PARECER:

O presente Projeto de Lei está redigido em linguagem parlamentar e obedece às regras da técnica legislativa.

Seu objetivo é conceder subvenções sociais às entidades ‘Asilo Lar Divino Espírito Santo’, ‘Fazenda da Esperança Santo Egídio’ e APAE.

Segundo a Lei nº 4.320/64 as subvenções visam à “prestação de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional, sempre que a suplementação de recursos de origem privada aplicados a esses objetivos revelar-se mais econômica” e segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal é obrigatório a aprovação legislativa.

Além das leis acima citadas, a Lei nº 13.019/2014 contém disposições que regulamentam as parcerias entre Poder Público e Organizações Sociais. Ela preconiza a necessidade de processo público de seleção para a escolha das entidades, define os instrumentos jurídicos que regulam a cooperação entre município e organizações sociais e determina as situações em que é exigido ou dispensado o chamamento público. Também aponta para a necessidade de um Plano de Trabalho para cada parceria, o que deve obedecer aos parâmetros do art.22 da Lei.

Observa-se, assim, que o Projeto em tela contém dispositivos que apontam para a consonância com a Lei Federal nº 13.019/2014, sendo legal a concessão das subvenções sociais que prevê.

CONCLUSÃO:

Face ao exposto, concluímos baseado no parecer Jurídico, que o presente Projeto é plenamente regular e legal, desde que o Poder Executivo apresente (mesmo após a aprovação do Projeto) o cumprimento a todas as exigências da Lei nº 13.019, que



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

justifiquem os motivos para a dispensa do chamamento público e que identifiquem os elementos que motivaram as parcerias e o Plano de Trabalho das instituições.

Mateus Carvalho Vitoriano

Relator

Aprovamos o Voto do Relator, transformando-o em Parecer desta comissão.

Alexsandro de Almeida Nardy
Presidente

Manoel Carlos de Souza Abbud
Membro

Bom jardim de Minas, 25 de fevereiro de 2021.